

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	192.172.858.255
Preferenciais	0
Total	192.172.858.255
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.468.794	1.426.340
1.01	Ativo Circulante	333.783	288.355
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.869	16.587
1.01.02	Aplicações Financeiras	264.113	219.582
1.01.03	Contas a Receber	34.854	37.462
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	34.854	37.462
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.740	4.328
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.740	4.328
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.053	2.561
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.154	7.835
1.01.08.03	Outros	11.154	7.835
1.02	Ativo Não Circulante	1.135.011	1.137.985
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	60.365	65.406
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	60.365	65.406
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	55.944	61.175
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	4.421	4.231
1.02.03	Imobilizado	79.234	77.177
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.262	29.033
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	45.972	48.144
1.02.04	Intangível	995.412	995.402
1.02.04.01	Intangíveis	995.412	995.402
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	995.412	995.402

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.468.794	1.426.340
2.01	Passivo Circulante	121.779	88.681
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.996	4.943
2.01.01.01	Obrigações Sociais	541	527
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.455	4.416
2.01.02	Fornecedores	36.999	30.902
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.999	30.902
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.570	4.973
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.259	2.697
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	5.259	2.697
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.311	2.276
2.01.05	Outras Obrigações	10.050	10.378
2.01.05.02	Outros	10.050	10.378
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	576	575
2.01.05.02.05	Outros Passivos	2.476	2.990
2.01.05.02.06	Arrendamento	6.998	6.813
2.01.06	Provisões	61.164	37.485
2.01.06.02	Outras Provisões	61.164	37.485
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	61.164	37.485
2.02	Passivo Não Circulante	574.588	579.094
2.02.02	Outras Obrigações	39.875	41.696
2.02.02.02	Outros	39.875	41.696
2.02.02.02.05	Arrendamento	39.875	41.696
2.02.04	Provisões	534.713	537.398
2.02.04.02	Outras Provisões	534.713	537.398
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	291.474	294.296
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	10.348	10.176
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	232.891	232.926
2.03	Patrimônio Líquido	772.427	758.565
2.03.01	Capital Social Realizado	1.921.729	1.921.729
2.03.02	Reservas de Capital	332.058	332.058
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.481.360	-1.495.222

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	112.748	116.756
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-83.196	-101.840
3.03	Resultado Bruto	29.552	14.916
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.274	-5.728
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.305	-5.510
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-12.305	-5.012
3.04.02.02	Honorários da Administração	0	-498
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.031	-218
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.278	9.188
3.06	Resultado Financeiro	8.867	1.124.372
3.06.01	Receitas Financeiras	11.778	1.218.768
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.911	-94.396
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.145	1.133.560
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.283	0
3.08.01	Corrente	-14.283	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.862	1.133.560
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.862	1.133.560
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00007	0,0059

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	13.862	1.133.560
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.862	1.133.560

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	55.363	37.074
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	63.523	48.277
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do Exercício	28.145	1.133.560
6.01.01.03	Depreciação e amortização	15.711	10.351
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	-95	796
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	172	199
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	0	81.326
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-8.878	-1.996
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento	1.288	0
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	-2.823	228
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	30.003	32.987
6.01.01.15	Ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais	0	-1.209.174
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.160	-11.203
6.01.02.01	Contas a Receber	2.607	3.308
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	508	3.525
6.01.02.03	Outros Ativos	-3.507	567
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	6.097	-16.176
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	1	10
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	2.597	5
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	1.052	-86
6.01.02.08	Depósitos judiciais	5.230	-888
6.01.02.09	Outros Passivos	-786	-1.203
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-1.413	-200
6.01.02.11	Provisão para manutenção - pagamento	-6.263	-65
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-14.283	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-53.157	-17.103
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-5.593	-24
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-11.911	-24.430
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	-35.653	7.351
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.924	0
6.03.05	Arrendamento - pagamento de principal e juros	-2.924	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-718	19.971
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.587	192.687
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.869	212.658

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.921.729	332.058	0	-1.495.222	0	758.565
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.921.729	332.058	0	-1.495.222	0	758.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.862	0	13.862
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.862	0	13.862
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.921.729	332.058	0	-1.481.360	0	772.427

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.618.151	0	0	0	0	1.618.151
5.04.01	Aumentos de Capital	1.618.151	0	0	0	0	1.618.151
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.133.560	0	1.133.560
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.133.560	0	1.133.560
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	381.463	0	0	0	381.463
5.06.04	Integralização de instrumento patrimonial - Debêntures	0	381.463	0	0	0	381.463
5.07	Saldos Finais	1.921.729	381.463	0	-1.756.451	0	546.741

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	122.985	126.360
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	105.208	96.922
7.01.02	Outras Receitas	17.777	29.438
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	13.437	24.337
7.01.02.02	Receitas Acessórias	3.602	4.382
7.01.02.03	Outras Receitas	738	719
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.687	-99.214
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-54.674	-71.898
7.02.04	Outros	-16.013	-27.316
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-13.378	-24.284
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-1.636	-1.530
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-999	-1.502
7.03	Valor Adicionado Bruto	52.298	27.146
7.04	Retenções	-15.711	-10.351
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.711	-10.351
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	36.587	16.795
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.778	1.218.768
7.06.02	Receitas Financeiras	11.778	1.218.768
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.365	1.235.563
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.365	1.235.563
7.08.01	Pessoal	7.217	9.600
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.151	6.676
7.08.01.02	Benefícios	1.621	2.212
7.08.01.03	F.G.T.S.	445	712
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.290	9.323
7.08.02.01	Federais	18.767	4.153
7.08.02.03	Municipais	5.523	5.170
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.996	83.080
7.08.03.02	Aluguéis	2.996	1.046
7.08.03.03	Outras	0	82.034
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	0	82.034
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.862	1.133.560
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.862	1.133.560

Comentário do Desempenho



1T26

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br

Comentário do Desempenho



Divulgação de Resultados 1T26

29 de maio de 2026 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Rodovias do Tietê"), que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2026. Em 28 de janeiro de 2026, foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia, com a decisão já transitada em julgado.

Apresentação dos Resultados

As informações financeiras da Companhia relativas aos resultados do trimestre findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, e com as normas internacionais de relatório financeiro aplicáveis.

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores / CFO

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br www.rodoviasdotiete.com.br/ri

Comentário do Desempenho



Mensagem ao Investidor

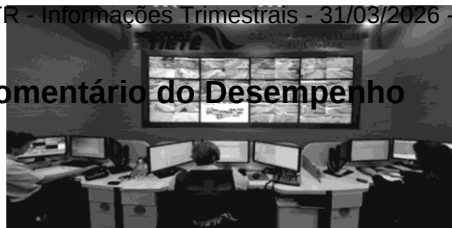
Ao longo de 2025, foram implementadas as medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial, incluindo a reestruturação das debêntures emitidas pela Companhia. Como resultado, parte dos antigos debenturistas passou a deter participação indireta na Companhia por meio do FIP RDT, enquanto outra parte passou a deter debêntures participativas (RDVT13), nos termos do plano aprovado. A implementação das medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial culminou no encerramento do processo, conforme sentença judicial proferida e já transitada em julgado.

O primeiro trimestre de 2026 marca uma nova etapa para a Rodovias do Tietê, após a implementação das principais medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial e a sentença que decretou o encerramento do processo. A comparação com o 1T25 deve ser analisada com cautela, uma vez que o resultado do período anterior foi impactado por efeitos contábeis extraordinários relacionados à reestruturação das debêntures. Nesse contexto, os indicadores operacionais, como tráfego, receita operacional e EBITDA ajustado, oferecem uma melhor leitura da evolução recorrente da Companhia no trimestre.

Destaques do Período

- Em 28 de janeiro de 2026, foi proferida sentença decretando o encerramento da recuperação judicial da Companhia;
- O tráfego total cresceu 2,81% no 1T26 em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para o aumento de 2,85% no segmento de veículos leves;
- A receita operacional líquida, excluindo receitas de construção, atingiu R\$ 99.311 mil, crescimento de 7,46% em relação ao mesmo período de 2025;
- O EBITDA ajustado totalizou R\$ 62.169 mil, aumento de 17,85% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem ajustada de 62,60%;
- No 1T26, os rendimentos de aplicações financeiras cresceram 18,05%, totalizando R\$ 8.878 mil;
- O lucro líquido do primeiro trimestre de 2026 foi de R\$ 13.862 mil.

Comentário do Desempenho



Tráfego

Veículos

O tráfego nos três primeiros meses de 2026 aumentou 2,81% em relação ao mesmo período de 2025, atingindo 7.600 mil veículos. O segmento de veículos leves cresceu 2,85%, enquanto o segmento de veículos pesados apresentou alta de 2,63%.

TRÁFEGO EM MILHARES DE VEÍCULOS	1T26	1T25	VARIAÇÃO
Leve	6.306	6.131	2,85%
Pesado	1.295	1.262	2,63%
Total	7.600	7.392	2,81%

Eixos Equivalentes

No primeiro trimestre de 2026, o volume de tráfego em eixos equivalentes aumentou 2,86% em relação ao mesmo período do ano anterior. O segmento leve apresentou crescimento de 2,78%, enquanto o segmento pesado avançou 2,98%.

TRÁFEGO EM EIXOS EQUIVALENTES	1T26	1T25	VARIAÇÃO
Leve	7.487	7.285	2,78%
Pesado	5.264	5.112	2,98%
Total	12.751	12.396	2,86%

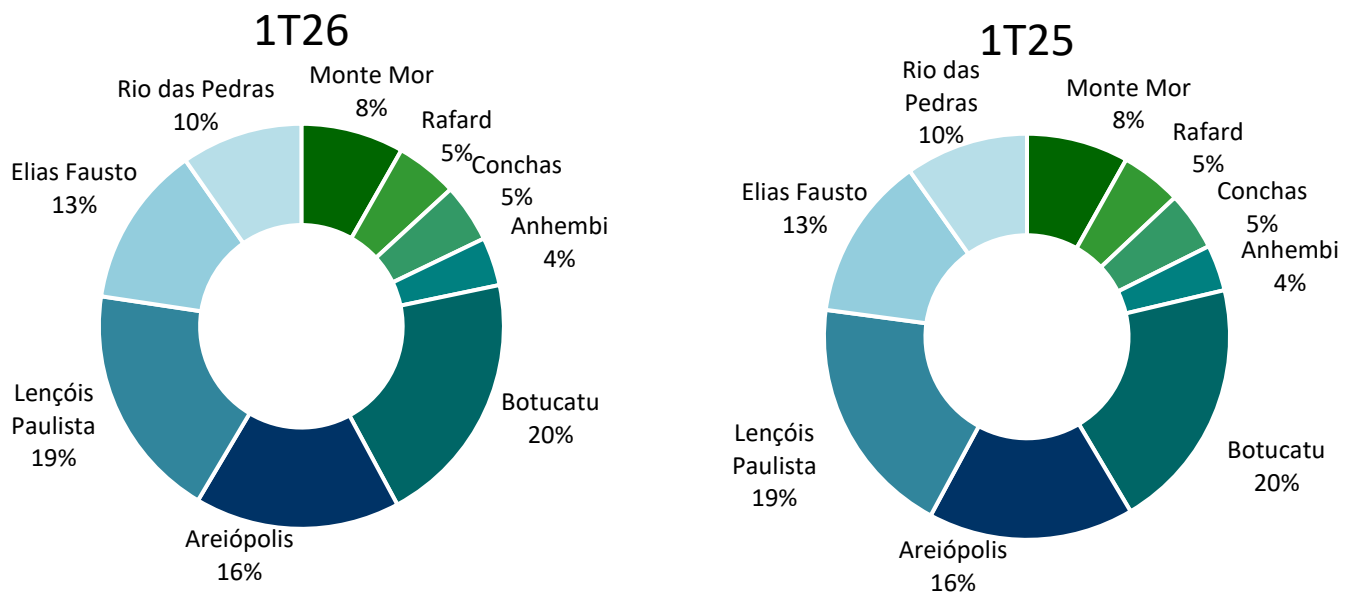
Comentário do Desempenho



Tráfego

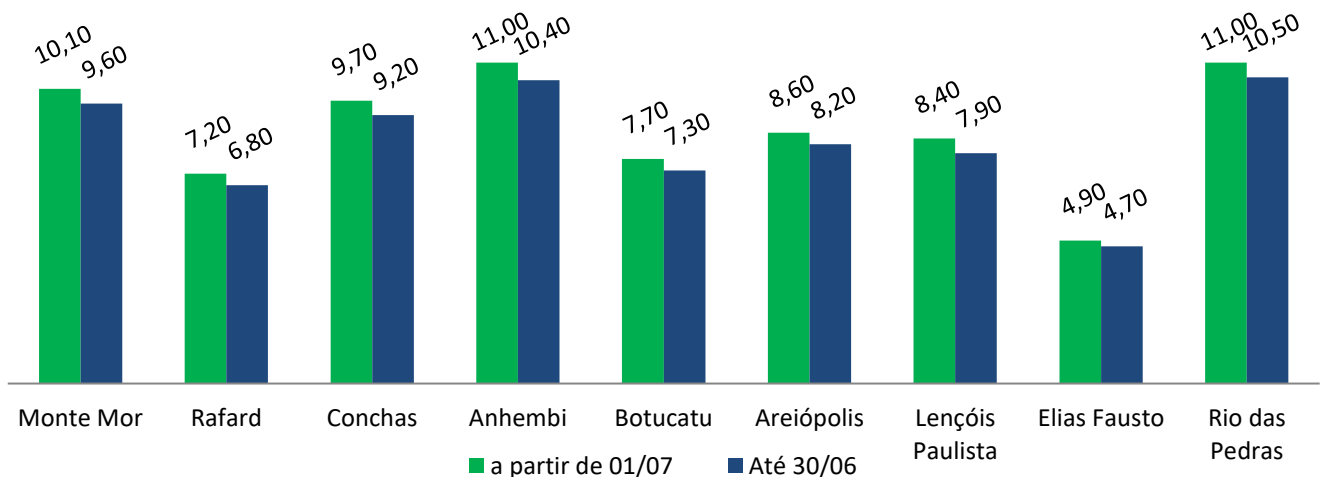
Tráfego por praça

O corredor de exportação, localizado na SP-300 e composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representou cerca de 56% do tráfego total da Companhia no 1T26. Os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial responderam pelos 44% restantes, com leve ganho de participação em relação ao 1T25.



Tarifas de Pedágio

A tarifa média aritmética das praças da Concessionária passou de R\$ 8,29 para R\$ 8,73 a partir de 1º de julho de 2025, incremento de 5,31%, conforme reajuste previsto no contrato de concessão.



Comentário do Desempenho



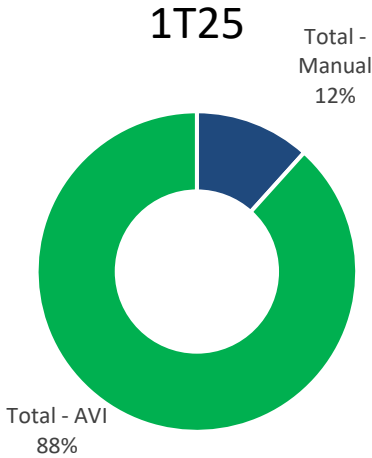
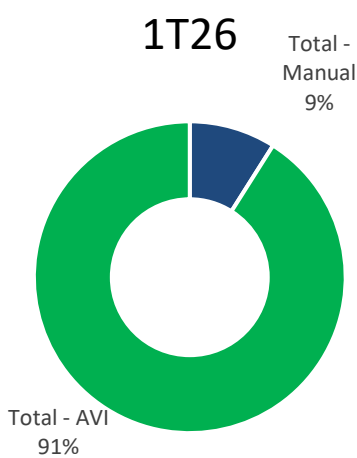
Receitas

RECEITAS (EM R\$ MIL)	1T26	1T25	VARIAÇÃO
Receitas de pedágio	105.208	96.922	8,55%
Receitas acessórias	3.602	4.382	-17,79%
Impostos sobre Receitas	(9.499)	(8.885)	6,91%
Receita operacional líquida ex-construção	99.311	92.419	7,46%
Receitas de Construção	13.437	24.337	-44,79%
Total	112.748	116.756	-3,43%

A Concessionária registrou receita bruta de pedágio de R\$ 105.208 mil no 1T26, ante R\$ 96.922 mil no 1T25, crescimento de 8,55%. As receitas acessórias totalizaram R\$ 3.602 mil, frente a R\$ 4.382 mil no mesmo período do ano anterior. Após a dedução de ISS, PIS e COFINS, no montante de R\$ 9.499 mil, a receita operacional líquida, excluindo receitas de construção, atingiu R\$ 99.311 mil, alta de 7,46% na comparação anual.

Adicionalmente, em atendimento ao ICPC 01 — Contratos de Concessão, a Companhia reconheceu R\$ 13.437 mil de receita de construção no 1T26, contra R\$ 24.337 mil no 1T25, com contrapartida nos custos de construção.

Formas de Pagamento



No 1T26, os pagamentos automáticos via AVI representaram 91,03% do total, avanço em relação aos 88,33% registrados no 1T25. A maior participação dos meios automáticos reforça a digitalização da arrecadação e contribui para maior fluidez operacional nas praças de pedágio.

Comentário do Desempenho**Custos e Despesas Operacionais**

Custos e Despesas Operacionais (em R\$ mil)	1T26	1T25	Variação
Com pessoal e Honorários da administração	(7.217)	(9.600)	-24,82%
Manutenção e conservação	(11.264)	(20.733)	-45,67%
Serviços de terceiros	(14.437)	(2.584)	458,71%
Ônus variável da concessão	(1.636)	(1.530)	6,93%
Seguros e garantias	(967)	(3.908)	-75,26%
Outros	(1.680)	(1.363)	23,26%
Subtotal	(37.201)	(39.718)	-6,34%
Custo dos serviços de construção	(13.378)	(24.284)	-44,91%
Reversão/(provisão) para demandas judiciais	2.823	(228)	n.a.
Provisão para manutenção em rodovias	(30.003)	(32.987)	-9,05%
Depreciação e amortização	(15.711)	(10.351)	51,78%
Total	(93.470)	(107.568)	-13,11%

No trimestre, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 93.470 mil, redução de 13,11% em relação aos R\$ 107.568 mil registrados no 1T25. A variação reflete, principalmente, a redução das despesas com pessoal, manutenção e conservação, seguros e garantias, provisão para manutenção em rodovias e custos dos serviços de construção, parcialmente compensada pelo aumento de serviços de terceiros e depreciação e amortização.

A redução em manutenção e conservação no 1T26 reflete a estratégia operacional da Companhia de adequar a execução dos serviços de conserva ao período de chuvas, quando determinadas intervenções apresentam menor eficiência e maior risco de retrabalho. Nesse contexto, parte das atividades foi priorizada para manutenção da operação e segurança da malha, enquanto intervenções de maior intensidade tendem a ser concentradas nos trimestres seguintes, conforme evolução das condições climáticas e do cronograma de manutenção.

A linha de seguros e garantias também contribuiu para a redução dos custos no trimestre, passando de R\$ 3.908 mil no 1T25 para R\$ 967 mil no 1T26, refletindo economias obtidas nas apólices de riscos operacionais e riscos de engenharia. Entre os demais efeitos do período, destacam-se o aumento de serviços de terceiros, de R\$ 2.584 mil no 1T25 para R\$ 14.437 mil no 1T26, relacionado à maior contratação de serviços especializados e de apoio operacional, e a reversão líquida de R\$ 2.823 mil em provisões para demandas judiciais, decorrente da reavaliação das contingências classificadas como perda provável. A maior utilização de serviços especializados reflete a evolução do modelo operacional da Companhia, com acesso a estruturas de suporte à operação e gestão que buscam ampliar a eficiência operacional, padronizar processos e capturar ganhos de escala típicos do uso de centros de serviços compartilhados.

Comentário do Desempenho



EBITDA

EBITDA (em R\$ mil)	1T26	1T25	Varição
Resultado Líquido do Período	13.862	1.133.560	-98,78%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	14.283	-	n.a.
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(8.867)	(1.124.372)	-99,21%
(+) Depreciação e Amortização	15.711	10.351	51,78%
EBITDA	34.989	19.539	79,07%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	30.003	32.987	-9,05%
(-) Reversão / (+) provisão para demandas judiciais e adm.	(2.823)	228	n.a.
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(6.263)	(65)	n.a.
EBITDA considerando efeito Cons. Especial (a)	55.906	52.689	6,11%
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	56,29%	57,01%	(0,7) p.p.
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	6.263	65	n.a.
Receita operacional líquida ex-construção (b)	99.311	92.419	7,46%
EBITDA AJUSTADO (c)	62.169	52.754	17,85%
Margem EBITDA Ajustado (c/b)	62,60%	57,08%	5,5 p.p.

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 62.169 mil, aumento de 17,85% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem ajustada de 62,60%, beneficiado no trimestre pelo faseamento dos serviços de conserva, cuja execução tende a se intensificar ao longo do ano.

A expansão da margem reflete, principalmente, o crescimento da receita operacional, impulsionado pelo aumento do tráfego e pelo reajuste tarifário, combinado à redução de determinadas linhas de custos e despesas no trimestre. Em especial, os gastos com manutenção e conservação foram impactados pela estratégia operacional de adequação dos serviços de conserva ao período de chuvas, concentrando no 1T26 atividades voltadas à manutenção da operação e segurança da malha, enquanto intervenções de maior intensidade tendem a ser executadas nos trimestres seguintes, conforme condições climáticas e cronograma de manutenção.

Dessa forma, a melhora da margem EBITDA ajustada no trimestre deve ser analisada em conjunto com a sazonalidade da execução dos serviços de conserva e com a expectativa de aceleração desses gastos ao longo do ano.

Comentário do Desempenho



Sobre a Concessão

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	1T26	1T25	Variação
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	-	(81.326)	-100,00%
Variação monetária e reversão do AVP sobre provisões	(999)	(1.502)	-33,49%
IOF e outras despesas financeiras	(1.912)	(11.568)	-83,47%
Total Despesas Financeiras	(2.911)	(94.396)	-96,92%
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.878	7.521	18,05%
Variação do AVP sobre provisões	922	507	81,79%
Atualização de impostos a recuperar	-	93	n.a.
Ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais	-	1.209.174	n.a.
Outras Receitas Financeiras	1.978	1.473	34,30%
Resultado Financeiro Líquido	8.867	1.124.372	-99,21%

O resultado financeiro foi positivo em R\$ 8.867 mil no 1T26, ante resultado positivo de R\$ 1.124.372 mil no 1T25. A comparação é impactada pelo reconhecimento, no 1T25, do ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais, no montante de R\$ 1.209.174 mil, efeito contábil extraordinário vinculado à reestruturação societária concluída naquele período.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 2.911 mil no 1T26, redução de 96,92% em relação ao 1T25, principalmente em função da ausência de juros sobre debêntures no trimestre, após a extinção das debêntures RDVT11 no âmbito da recuperação judicial. As receitas financeiras, desconsiderando o efeito extraordinário de valor justo registrado no 1T25, foram beneficiadas pelo maior rendimento das aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 8.878 mil no 1T26.

A Companhia encerrou o 1T26 com R\$ 279.982 mil em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Após a reestruturação concluída no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia não apresentava dívida financeira, resultando em posição de dívida líquida negativa no encerramento do trimestre.

Comentário do Desempenho**Obras e Investimentos****Complexo de Botucatu**

Engloba 06 itens de investimentos (Marginais da SP-209, km 19+000 ao km 21+100 N/S; Marginais da SP-300, km 248+000 ao km 252+000 L/O; e Melhoria de 02 Dispositivos km 20+300 e km 248+900), que totalizam 11,5 quilômetros. Estão em andamento as marginais da SP-209 e as alças de acesso do dispositivo do km 20, com acesso provisório ao Shopping de Botucatu. O custo incorrido foi de **R\$ 65,49 milhões**.

**Alargamentos de OAEs na SP-300**

Mantém-se o status de 4 alargamentos concluídos (km 184+500, 186+450, 190+600 e 230+850) e 6 alargamentos em andamento (km 171+900, 176+250, 207+900, 215+350, 215+500 e 299+550). O custo incorrido com os 10 alargamentos foi de **R\$ 32,54 milhões**.

**Melhoria Ponte SP-113 km 4+600**

A obra contempla o alargamento da obra de arte existente localizada no km 4+600, da rodovia SP-113. A estrutura transpõe transversalmente o Rio Tietê com montante no lado oeste e jusante no lado leste. O custo incorrido foi de **R\$ 2,73 milhões**.

**Manutenção do Pavimento da SP-300**

Serviços de restauração dos parâmetros do pavimento da SP-300, do km 248+000 ao km 336+500. O custo incorrido foi de **R\$ 4,57 milhões**.

Comentário do Desempenho



Balanço Patrimonial

ATIVO	1T26	4T25
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.869	16.587
Aplicações financeiras	264.113	219.582
Contas a receber	34.854	37.462
Despesas antecipadas	2.053	2.561
Impostos a recuperar	5.740	4.328
Outros ativos	11.154	7.835
	333.783	288.355
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	55.944	61.175
Outros ativos	4.421	4.231
Direito de Uso	45.972	48.144
Imobilizado	33.262	29.033
Intangível	995.412	995.402
	1.135.011	1.137.985
Total do ativo	1.468.794	1.426.340

PASSIVO	1T26	4T25
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	36.999	30.902
Partes relacionadas	-	-
Arrendamento	6.998	6.813
Credor pela concessão	576	575
Obrigações tributárias	7.570	4.973
Obrigações trabalhistas	5.996	4.943
Provisões	61.164	37.485
Outros passivos	2.476	2.990
	121.779	88.681
Não circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	-	-
Arrendamento	39.875	41.696
Provisões	534.713	537.398
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	-
Outros passivos	-	-
	574.588	579.094
Total do passivo	696.367	667.775
Patrimônio líquido		
Capital social	1.921.729	1.921.729
Reserva de Capital	332.058	332.058
Prejuízos acumulados	(1.481.360)	(1.495.222)
Total do patrimônio líquido	772.427	758.565
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.468.794	1.426.340

Comentário do Desempenho



Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	1T26	1T25
Receita líquida	112.748	116.756
Custos dos serviços prestados	(83.196)	(101.840)
Lucro bruto	29.552	14.916
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas	(12.305)	(5.510)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.031	(218)
	(10.274)	(5.728)
Lucro operacional	19.278	9.188
Despesas financeiras	(2.911)	(94.396)
Receitas financeiras	11.778	1.218.768
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	8.867	1.124.372
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	28.145	1.133.560
Imposto de renda e contribuição social corrente	(14.283)	-
Lucro (prejuízo) do período	13.862	1.133.560
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em R\$	0,00007	0,00590

Comentário do Desempenho



Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	1T26	1T25
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	28.145	1.133.560
Depreciação e amortização	15.711	10.351
Rendimentos de aplicações financeiras	(8.878)	(1.996)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	-	-
Provisão e reversão de Impairment	-	-
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	-	81.326
Juros sobre arrendamento	1.288	-
Provisões para demandas judiciais	(2.823)	229
Provisões para manutenção em rodovias	30.003	32.987
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(95)	797
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais	-	(1.209.174)
Provisões para Investimentos	-	-
Variação monetária sobre provisão para investimentos	172	199
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-
	63.523	48.279
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	2.607	3.308
Despesas antecipadas	508	3.525
Tributos a recuperar	(1.413)	(200)
Depósitos Judiciais	5.230	(888)
Outros ativos	(3.507)	567
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	6.097	(16.178)
Credor pela concessão - ônus variável	1	10
Obrigações tributárias	2.597	5
Obrigações trabalhistas	1.052	(86)
Provisão para manutenção - pagamento	(6.263)	(65)
Outros passivos	(786)	(1.203)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.283)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	55.363	37.074
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Arrendamento – pagamento de principal e juros	(2.924)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(2.924)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(152.924)	-
Resgate de aplicações financeiras	117.271	7.351
Investimentos no ativo imobilizado	(5.593)	(24)
Investimentos no ativo intangível	(11.911)	(24.430)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(53.157)	(17.103)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(718)	19.971
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16.587	192.687
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	15.869	212.658

Comentário do Desempenho



Relacionamento com o Auditor

No trimestre findo em 31 de março de 2026, a Concessionária não contratou a BDO RCS Auditores Independentes para a realização de serviços diversos da auditoria externa relacionados à Companhia.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços de seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência, de modo que o auditor não: (a) audite o próprio trabalho; (b) exerça funções gerenciais na Companhia; ou (c) promova os interesses da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("CRT", "Concessionária" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308), KM 108 + 657 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP" ou "Poder Concedente"). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 3.147 milhões (R\$ 3.685 milhões a valor nominal) e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 3.953 milhões (R\$ 5.140 milhões a valor nominal), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio de 2025.

Em 31 de março de 2026, a Companhia incorreu em lucro de R\$ 13.862 (Em 31 de março 2025 - prejuízo de R\$ 75.614, antes do registro dos efeitos decorrentes da recuperação judicial no montante de R\$ 1.209.174, que ocasionou o resultado positivo em R\$ 1.133.560), um capital circulante líquido positivo de R\$ 212.004 (2025 - R\$ 199.674) e patrimônio líquido de R\$ 772.427 (2025 - R\$ 758.565) com R\$ 1.921.729 de capital subscrito pelos acionistas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na avaliação da Companhia, a Recuperação Judicial foi a forma mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores (“Plano”), tendo essa decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021. Diversos prazos previstos no Plano são contados da data de homologação do Plano (“Data de Homologação” - 06.10.2021) ou da aprovação das operações previstas no Plano pela ARTESP (“Aprovação ARTESP” - 22.11.2024).

O Plano apresentado pela Companhia e aprovado em Assembleia Geral de Credores incluiu os principais pontos para a reestruturação financeira:

- Créditos quirografários detidos por Debenturista: cada Debenturista teve a oportunidade de escolher entre duas opções de pagamento, sendo que a “Opção A” consistia na substituição das debêntures RDVT11 por “Debêntures de Resultado” e a “Opção B” consistiu na substituição das debêntures RDVT11 por cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, gerido pela gestora Geribá (“Fundo de Investimento”).
- Credores Trabalhistas: pagamentos em 12 parcelas mensais de igual valor respeitando o limite total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- Créditos quirografários detidos por não Debenturistas: pagamento, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), por credor, em 12 (doze) parcelas mensais; (i) caso haja saldo não superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o saldo será pago na proporção de 50% em 12 parcelas mensais a contar do final do pagamento do valor inicial; e (ii) caso os créditos sejam superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o valor que superar o limite de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) será pago em 2 (duas) tranches, sendo que a primeira será de 40% (quarenta por cento) do valor devido remanescente pago em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais, sendo que a primeira parcela será devida no último Dia Útil do 60º (sexagésimo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP e a segunda será de 60% do valor devido remanescente em uma parcela única, no último dia útil após 210 (duzentos e dez) meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP, o que acontecer por último, estando tal pagamento sujeito ao Bônus de Adimplência previsto no Plano (Cláusula 3.4.2.2.2.).
- Alienação de 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Companhia e seus respectivos mútuos pelos acionistas anteriores (AB Concessões e Linéas BV) para o Fundo de Investimento, na forma do acordo de compra e venda das ações e respectivos mútuos (“SPA”) anexo ao Plano.
- Créditos detidos pela ARTESP: serão pagos até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas a partir do 60º (sexagésimo) mês da Aprovação ARTESP. O saldo superior a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) será pago na proporção de 40% (quarenta por cento) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do último dia útil do 60º (sexagésimo) mês e 60% (sessenta por cento) em parcela única após 210 (duzentos e dez) meses contados da Aprovação ARTESP ou da liquidação do crédito, o que ocorrer por último, com bônus de adimplência.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Créditos ME/EPP: serão pagos integralmente em uma única parcela.

O Plano de Recuperação aprovado e homologado no processo da Recuperação Judicial previu que o início da sua implementação somente poderia ocorrer após a Aprovação ARTESP, sendo que foi previsto inicialmente o prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias da Data de Homologação para sua ocorrência. Este prazo foi sucessivamente estendido.

Em 12 de novembro de 2024, antes da prolação da Aprovação ARTESP, foi emitida uma decisão do Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salto autorizando o início dos pagamentos dos créditos às classes I, II (exceto debenturistas) e IV. Em 16 de dezembro de 2024 foi feita a primeira tranche de pagamentos relativos a estes créditos.

Em 22 de novembro de 2024 a Aprovação ARTESP foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, permitindo que, a partir desse momento, a Companhia pudesse iniciar o processo de implementação de todos os atos remanescentes relacionados ao Plano, notadamente os referentes aos debenturistas.

Em 1º de março de 2021 foi emitido Fato Relevante pela Companhia pelo qual informou que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, nos termos da Cláusula 38.3 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal 8.987/95. Na sequência, e de forma tempestiva, a Companhia apresentou seus argumentos de defesa. No entanto, o referido processo vem sendo sucessivamente suspenso, desde 2021, através de deliberações da ARTESP, sendo que, a última suspensão ocorreu já após o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, através da deliberação ARTESP Nº 330, de 17 de julho de 2025, pela qual suspendeu o processo administrativo pelo prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias corridos. Na data de 28 de janeiro de 2026, foi decretado, na forma do artigo 63, caput, da Lei n.º 11.101/05, o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia, que tramitou perante a 1ª Vara Judicial do Foro da Comarca de Salto/SP, sob o n.º 1005820-93.2019.8.26.0526. Na data de 05 de fevereiro de 2026, a Companhia opôs Embargos de Declaração contra a sentença de encerramento, buscando sanar omissões pontuais. Em 25 de março de 2026, foi proferida decisão acolhendo parcialmente os embargos de declaração da Companhia e complementando a sentença de encerramento. Em 30 de abril de 2026, foi expedida certidão de trânsito em julgado da sentença de encerramento. No entanto, apesar da certidão emitida nos autos, considerando o prazo em dobro ao qual a ARTESP faz jus, o trânsito em julgado ocorreu efetivamente apenas em 15 de maio de 2026. Diante do cenário atual – caracterizado (i) pela efetiva transferência do controle acionário da Concessionária, (ii) pela tramitação de processo administrativo voltado à solução dos passivos regulatórios e (iii) pelo encerramento do processo de recuperação judicial, verifica-se uma clara convergência institucional no sentido da preservação e reestruturação da concessão, em detrimento da adoção de medidas sancionatórias extremas.

A Administração concluiu, com base na opinião dos assessores jurídicos internos, que, no estágio atual da Recuperação Judicial, incluindo o contexto da autorização de controle da transferência acionária obtida da ARTESP e a implementação das operações previstas no Plano, exceto pela possibilidade, mesmo que remota, da adoção de medidas sancionatórias extremas, não há incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em funcionamento no futuro previsível, portanto, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas no regime de continuidade.

2. Apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias**2.1 Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As informações contábeis intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado (DVA) em suas demonstrações contábeis, enquanto para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

A apresentação das informações contábeis intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de maio de 2026.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2026.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	140	140
Aplicação financeira (i)	<u>15.729</u>	<u>16.447</u>
	<u>15.869</u>	<u>16.587</u>

(i) Referem-se a aplicação financeiras em Certificados de Depósitos bancários (CDBs), tendo essa aplicação sido remunerada a 98% do CDI em 2026 e 2025.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Fundos de investimentos (Dromos FIM, Precision FIF e Senna FIF)	264.113	219.582
	<u>264.113</u>	<u>219.582</u>

As aplicações em fundos de investimento eram compostas predominantemente por instrumentos de renda fixa, aplicações em outras instituições financeiras e cotas de fundos de direitos creditórios, destinados ao financiamento de antecipação de recebíveis de terceiros. A totalidade do saldo dos fundos Dromos e Precision foram resgatadas durante o exercício de 2026, em função do processo de revisão contínua da estratégia de investimentos da Companhia. Em 31 de março de 2026, tais aplicações apresentavam remuneração média equivalente a 106% do CDI.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Pedágio eletrônico a receber	30.831	28.844
Cartões de pedágio a receber	1.062	1.005
Receitas acessórias (i)	2.193	7.222
Valores em trânsito	983	603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(215)	(212)
	<u>34.854</u>	<u>37.462</u>

(i) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área de fibra óptica, uso de faixa de domínio, e outros serviços previstos no contrato de concessão.

7. Impostos a recuperar

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	898	661
Saldo Negativo IR e CSL	3.459	-
Antecipação de IR e CSL	1.368	3.651
Outros impostos a recuperar	15	16
	<u>5.740</u>	<u>4.328</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Imposto de renda e contribuição social diferido

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	514.843	510.115
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	99.101	102.000
Provisão para participação nos lucros	983	829
Outras provisões	3.824	2.064
Provisão para manutenção de rodovias	99.979	204.030
Provisão para investimentos em rodovias	3.518	3.557
AVP Outorga	1.190	1.190
CPC 47 - Ajustes de Receita Bruta	(1.039)	(693)
Redução do ativo fiscal diferido pela ausência de expectativa de provável lucro tributário futuro, após deduzido o saldo passivo	(291.071)	(391.378)
	431.328	431.714
Passivo:		
Tributos diferidos:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(20.209)	(20.595)
Ajuste a valor justo - Instrumentos patrimoniais	(411.119)	(411.119)
	(431.328)	(431.714)
Líquido	-	-

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2026, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 514.843 (2025 - R\$ 510.115). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

A expectativa da administração é no sentido de que, com a implementação do Plano de Recuperação e repactuação do passivo da Companhia, será revertida a situação quanto aos resultados negativos da Companhia verificados em períodos passados, de modo que poderá ser alcançado resultado positivo em períodos futuros, permitindo-se a compensação futura do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.

A administração da Companhia ressalva, contudo, que a baixa contábil de tal ativo não prejudica o seu direito de utilizar o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL para compensar parte de lucros tributáveis futuros, se e quando apurados, nos termos e condições estabelecidos pela legislação e regulamentação tributárias aplicáveis.

8.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	28.145	1.133.560
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.569)	(385.410)
Redução do ativo fiscal pela ausência de expectativa de provável lucro tributável futuro, após deduzido o saldo passivo	-	385.410
Compensação de prejuízo fiscal	6.125	
Adições/Exclusões permanentes	101	-
Outras diferenças temporárias	(10.940)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(14.283)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(14.283)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-
Alíquota efetiva	50,7%	-

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de março de 2026							
Saldo inicial	186	11.566	926	11.267	377	4.711	29.033
Aquisições	-	2.749	-	1.602	-	1.242	5.593
Transferência		84		(84)	-	-	-
Depreciação	(17)	(350)	(80)	(809)	-	(108)	(1.364)
Saldo contábil, líquido	169	14.049	846	11.976	377	5.845	33.262
Em 31 de março de 2026							
Custo	1.434	17.443	6.793	17.311	377	10.390	53.748
Depreciação acumulada	(1.265)	(3.394)	(5.947)	(5.335)	-	(4.545)	(20.486)
Saldo contábil, líquido	169	14.049	846	11.976	377	5.845	33.262
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de março de 2025							
Saldo inicial	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Aquisições	-	-	24	-	-	-	24
Baixas	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Depreciação	(20)	(38)	(51)	(232)	-	(85)	(426)
Baixa de Depreciação	2	-	-	-	-	-	2
Saldo contábil, líquido	241	665	533	2.869	377	3.785	8.470
Em 31 de março de 2025							
Custo	1.432	3.316	6.194	6.563	377	7.949	25.831
Depreciação acumulada	(1.191)	(2.651)	(5.661)	(3.694)	-	(4.164)	(17.361)
Saldo contábil, líquido	241	665	533	2.869	377	3.785	8.470
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Em 31 de março de 2026, existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar-condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 10.045 (2025 - R\$ 10.803).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de março de 2026						
Saldo inicial	186.469	482.536	30.635	292.877	2.885	995.402
Aquisições	-	5.527	2.741	3.481	162	11.911
Amortização (vi)	(3.187)	(8.152)	(221)	-	(341)	(11.901)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	183.282	479.911	33.155	296.358	2.706	995.412
Em 31 de março de 2026						
Custo	542.244	1.197.058	83.282	296.358	20.546	2.139.488
Amortização acumulada	(203.710)	(334.977)	(31.435)	-	(17.840)	(587.962)
<i>Impairment</i>	(155.252)	(382.170)	(18.692)	-	-	(556.114)
Saldo contábil, líquido	183.282	479.911	33.155	296.358	2.706	995.412
Em 31 de março de 2025						
Saldo inicial	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707
Aquisições	-	20.339	164	3.998	637	25.138
Amortização (vi)	(3.009)	(6.236)	(242)	-	(438)	(9.925)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	190.155	420.369	22.752	294.919	3.725	931.920
Em 31 de março de 2025						
Custo	542.244	1.121.630	72.614	294.919	20.038	2.051.445
Amortização acumulada	(191.358)	(305.608)	(30.511)	-	(16.313)	(543.790)
<i>Impairment</i>	(160.731)	(395.653)	(19.351)	-	-	(575.735)
Saldo contábil, líquido	190.155	420.369	22.752	294.919	3.725	931.920

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 6,27% em 31 de março de 2026 (2025 - 6,27%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.

11. Direito de uso e arrendamento**Direito de uso**

A Companhia é arrendatária em contratos de veículos destinados a uso na operação, especialmente nas atividades de construção, sendo que a amortização é calculada de forma linear ao contrato, que possuem vencimento previsto para 2035.

A taxa de desconto média utilizada no respectivo período foi de 11,29% em 31 de março de 2026.

(a) Composição

Descrição	31/03/2026		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Veículos	48.144	(2.173)	45.972
	48.144	(2.173)	45.972

Descrição	31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Veículos	48.144	-	48.144
	48.144	-	48.144

(b) Movimentação

Custo	31/12/2025	31/03/2026	
	Saldo	Adições	Baixas
Veículos	48.144	-	-
	48.144	-	-

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização	31/12/2025	31/03/2026		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Veículos	-	(2.173)	-	(2.173)
	-	(2.173)	-	(2.173)

Passivo de arrendamento**(a) Composição**

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Principal	64.373	67.297
(-) Juros apropriar	(17.500)	(18.788)
	46.873	48.509
Circulante	6.998	6.813
Não Circulante	39.875	41.696
	46.873	48.509

Cronograma de desembolso (não circulante):

Ano do vencimento	Valor
2027	5.502
2028	6.778
2029	7.543
2030	7.694
2031	4.592
2032	3.669
2033	3.424
2034	335
2035	338
	39.875

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2025	Adições de novos contratos	(-) Pagamentos de principal e juros	(+) Juros incorridos	31/03/2026
Aluguel de ativos	48.509	-	(2.924)	1.288	46.873
	48.509	-	(2.924)	1.288	46.873

Descrição	31/12/2024	Adições de novos contratos	(-) Pagamentos de principal e juros	(+) Juros incorridos	31/12/2025
Aluguel de ativos	-	48.509	-	-	48.509
	-	48.509	-	-	48.509

O saldo refere-se ao reconhecimento de passivo de arrendamento, conforme IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, em que a Companhia reconhece o uso do ativo e um passivo correspondente na data na qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras, sendo utilizado uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores e prestadores de serviços

No período findo em 31 de março de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o total de fornecedores foi como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	13.276	18.687
Fornecedores partes relacionadas (Nota 13)	11.812	-
Cauções e retenções contratuais (i)	11.911	12.215
	36.999	30.902

(i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

13. Partes relacionadas

	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores (Nota 12)		
Soluciona Ambiental (i)	759	-
Via Appia Concessões S.A. (ii)	11.053	-
	11.812	-

- (i) A Soluciona integra o grupo econômico da Via Appia e é considerada parte relacionada para fins das normas contábeis aplicáveis, em razão do Acordo Operacional celebrado entre a Via Appia e a Rodovias do Tietê. O montante refere-se ao contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha rodoviária administrada pela Companhia;
- (ii) Contrato de gestão administrativa, decorrente de acordo operacional firmado entre as Companhias.

a) Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração fixa	-	498
	-	498

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 20.

b) Mútuos a pagar

No contexto da cisão parcial da AB Concessões S.A. realizada em 27 de maio de 2024, e do cumprimento do acordo de acionistas da Companhia, entre a AB Concessões e a Lineas International Holding BV, foi concluída, em 05 de setembro de 2024, a averbação da transferência, nos livros da Companhia, da participação direta de 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela AB Concessões S.A., à Via Appia Concessões S.A., incluindo respectivo mútuo. Desta forma, a AB Concessões S.A. foi sucedida por Via Appia Concessões S.A no respectivo mútuo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos possuem vencimento indeterminado e fazem parte do objeto do SPA assinado em 09 de agosto de 2021, através do qual, assim que obtido o seu fechamento, os mútuos serão transferidos para o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Os mútuos foram remunerados até 31 de maio de 2024, com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês.

Em 10 de outubro de 2024, foi celebrado um termo de acordo entre os acionistas e Companhia, com a interveniência anuência do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, para a suspensão da incidência de juros a partir de 01 de junho de 2024 (inclusive), de forma que o saldo devedor dos mútuos acumulará os juros apenas até o dia 31 de maio de 2024. Em resultado desse acordo, a Companhia reverteu o valor de R\$ 2.763 de atualização registrado no mês de junho e a não incidência a partir dessa data.

Em 28 de março de 2025, foi celebrado a Assembleia Geral Extraordinária, onde o acionista controlador, Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo”), aprovou o aumento de capital social, mediante a integralização dos créditos detidos pelo Fundo em face da Companhia, sendo um deles o mútuo. O valor do mútuo no montante de R\$ 235.169, somado ao valor de R\$ 1.382.981 das debêntures transformadas em cotas do FIP, conforme PRJ, totalizaram o aumento de capital social de R\$ 1.921.729 (Nota 16).

14. Provisões

	31/03/2026	31/12/2025
Provisão para demandas judiciais cíveis	16.775	19.220
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	270	1.338
Provisão para processos administrativos	274.429	273.641
Provisão para demandas judiciais tributárias	-	97
Provisão para investimentos em rodovias	10.348	10.176
Provisão para manutenção em rodovias	294.055	270.411
	595.877	574.883
Circulante	61.164	37.485
Não circulante	534.713	537.398

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas

	31/12/2025	Adição	Reversão	31/03/2026
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	19.220	-	(2.445)	16.775
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	1.338	-	(1.068)	270
Provisão para processos administrativos (iii)	273.641	788	-	274.429
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	97	-	(97)	-
	294.296	788	(3.610)	291.474

	31/12/2024	Adição	Reversão	31/12/2025
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	15.874	4.926	(1.580)	19.220
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	11.857	962	(11.481)	1.338
Provisão para processos administrativos (iii)	273.371	7.930	(7.660)	273.641
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	11.048	386	(11.337)	97
	312.150	14.204	(32.058)	294.296

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.
- (ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.
- (iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso.
- (iv) As provisões para processos tributários referem-se, à estimativa de perdas prováveis relacionados ao processo de discussão da constitucionalidade dos Decretos nº 8.426/2015 e 8.451/2015.

Adicionalmente, em 31 de março de 2026, a Companhia possui o equivalente a R\$ 2.849 (2025 - R\$ 3.173) de causas trabalhistas, R\$ 46.634 (2025 - R\$ 33.489) de causas cíveis, e R\$ 99.301 (2025 - R\$ 95.570) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta os seguintes valores de depósitos judiciais:

	31/12/2025	Adição	Reversão	31/03/2026
Cíveis (i)	46.986	796	-	47.782
Trabalhistas (ii)	14.093	359	(6.386)	8.066
Tributário	96	-	-	96
	61.175	1.155	(6.386)	55.944

- (i) Os depósitos cíveis são segregados em R\$ 790 (2025 - R\$ 671) relacionados a processos cíveis e R\$ 46.992 (2025 - R\$ 46.315), relacionados a processos com a ARTESP;
- (ii) Os depósitos judiciais trabalhistas possuem o valor de R\$ 7.206 (2025 - R\$ 13.720) relacionado a discussão trabalhista na vara de Nanuque - Minas Gerais. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. Em outubro de 2025, o STF aprovou a tese do Tema 1232, proibindo a inclusão automática na execução trabalhista de empresas que não participaram da fase de conhecimento. Essa decisão obriga os juízos a revisarem as execuções em curso. Decorrente da decisão favorável, os depósitos estão sendo liberado conforme finalização dos processos. O valor de R\$ 360 (2025 - R\$ 373) estão relacionados a outros processos trabalhistas.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/03/2026
Provisão para Investimentos	10.176	172	-	10.348
	10.176	172	-	10.348

	31/12/2024	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2025
Provisão para Investimentos	9.732	454	(10)	10.176
	9.732	454	(10)	10.176

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/03/2026	31/12/2025
2028	10.348	10.176
	10.348	10.176

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2025	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/03/2026
Provisão para manutenção	311.603	30.003	-	(6.263)	-	335.343
Ajuste a valor presente (AVP)	(41.193)	(95)	-	-	-	(41.288)
	270.410	29.908	-	(6.263)	-	294.055

	31/12/2024	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2025
Circulante	37.485	-	29.942	(6.263)	-	61.164
Não circulante	232.925	29.908	(29.942)	-	-	232.891

	31/12/2024	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2025
Provisão para manutenção	435.114	-	-	(35.971)	(87.540)	311.603
Ajuste a valor presente (AVP)	(38.193)	-	-	-	(3.000)	(41.193)
	396.921	-	-	(35.971)	(90.540)	270.410

	31/12/2024	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2025
Circulante	146.985	-	(73.529)	(35.971)	-	37.485
Não circulante	249.936	-	73.529	-	(90.540)	232.925

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/03/2026	31/12/2025
2026	61.164	37.485
2027	93.102	106.587
2028	53.039	47.910
2029	57.282	55.280
2030	29.468	23.148
	294.055	270.410

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures

a) Descrição da operação

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Movimentação das debêntures

31/12/2024	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Baixa pela implementação da recuperação judicial - reestruturação de dívida	31/12/2025
2.891.584	82.034	-	-	(2.973.618)	-

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017, mas em 08 de novembro de 2019, as amortizações foram interrompidas devido a declaração de vencimento antecipado das debêntures, onde a Companhia ingressou no processo de Recuperação Judicial, conforme destacado na Nota Explicativa 1.1.

Em 26 de março de 2025, os debenturistas que detinham as debêntures de 1ª Emissão da Companhia tiveram o pagamento de suas debêntures, de acordo com o que constava no Plano de Recuperação Judicial, onde foi previsto duas formas de pagamento, conforme exposto Nota 1.1.

Em 28 de março de 2025, o Fundo, acionista controlador, aprovou o aumento de capital social da Companhia, mediante a integralização dos créditos detidos pelo FIP e o cancelamento das debêntures de 1ª emissão, uma vez que, o pagamento havia ocorrido de acordo com o Plano de Recuperação. O valor de R\$ 1.382.981 somado a R\$ 235.169 do mútuo, totalizam o valor de R\$ 1.618.151 que foram integralizados ao capital social da Companhia (Nota 16).

Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.891.584
Juros incorridos no período	82.034
Efeito pela remarcação da dívida pelo valor justo	(1.209.174)
Integralização de Capital Social	(1.382.981)
Conversão em Debêntures 3ª emissão (RDVT13) - Instrumento Patrimonial	(381.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

O instrumento financeiro foi reconhecido no resultado pelo Valor Justo conforme requerimentos estabelecidos no IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos financeiros.

O valor justo foi calculado com base no método fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros, cujas perspectivas de crescimento baseiam-se nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como dados de mercado. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo do contrato de concessão; e (ii) taxa de desconto: o Capital Próprio (Ke) foi realizado com base em informações atualizadas, resultando em uma taxa de 14,7% a.a. Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor justo deste instrumento patrimonial, a Administração identificou um ajuste a valor justo a ser constituído no resultado do período de 2025 no montante de R\$ 1.209.174.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa Ke	Impacto no valor justo 31.12.2025
13,2%	1.157.530
14,2%	1.192.865
14,7%	1.209.174
15,2%	1.224.650
15,7%	1.239.341

16. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de março de 2026, o capital social está representado por 192.172.858.255 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para o seu único acionista:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	100,00%	192.172.858.255
		<u>192.172.858.255</u>

Em 31 de março de 2026, o capital integralizado da Companhia é de R\$ 1.921.729. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Reservas de Capital**Debêntures**

A Companhia, por meio do Fato Relevante divulgado no dia 27 de março de 2025, realizou a integralização das debêntures RDVT13 ao seu patrimônio líquido, uma vez que estas debêntures serão ressarcidas somente no momento em que a Companhia realizar ao devido reembolso dos haveres dos acionistas na mesma proporção. O registro do valor da RDVT13 foi no montante de R\$ 381.463.

Gastos com emissão de ações

Os gastos com emissão de ações referem-se a custos incrementais atribuídos diretamente à transação de patrimônio líquido que de outra forma seriam evitados, tais como: gastos com elaboração de relatórios; remuneração de serviços profissionais de terceiros; taxas e comissões; e custos de registro. Tais gastos foram registrados líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Esses gastos incorridos estão associados com a conversão da 1ª Emissão de Debêntures em cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

c) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do período alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Receita com arrecadação de pedágio	105.208	96.922
Receita de serviços de construção	13.437	24.337
Receitas acessórias	3.602	4.382
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(9.499)	(8.885)
	<u>112.748</u>	<u>116.756</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem em Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

18. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/03/2026	31/03/2025
Com pessoal	(7.217)	(9.102)
Honorários da administração	-	(498)
Manutenção e conservação	(11.264)	(20.733)
Serviços de terceiros	(14.437)	(2.584)
Ônus variável da concessão	(1.636)	(1.530)
Seguros e garantias	(967)	(3.908)
Custo dos serviços de construção	(13.378)	(24.284)
Provisão para demandas judiciais	2.823	(228)
Provisão para manutenção em rodovias	(30.003)	(32.987)
Depreciação e amortização	(15.711)	(10.351)
Outras receitas e despesas	(1.679)	(1.363)
	<u>(93.470)</u>	<u>(107.568)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(83.196)	(101.840)
Despesas gerais e administrativas	(12.305)	(5.510)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.031	(218)
	<u>(93.470)</u>	<u>(107.568)</u>

19. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	31/03/2026	31/03/2025
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	(81.326)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(999)	(1.502)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	(13)
Outras despesas financeiras	(1.911)	(11.555)
	<u>(2.911)</u>	<u>(94.396)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.878	7.521
Atualização de impostos a recuperar	-	93
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	922	507
Ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais	-	1.209.174
Outras receitas financeiras	1.978	1.473
	11.778	1.218.768
 Resultado financeiro	 8.867	 1.124.372

20. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025
Salários e encargos sociais	(5.152)	(6.641)
Benefícios previstos em lei	(946)	(997)
Benefícios adicionais	(696)	(1.215)
Plano de Participação nos Resultados	(423)	(747)
	(7.217)	(9.600)

21. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	31/03/2026	31/03/2025
Numerador:		
Lucro do período	13.862	1.133.560
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	192.172.858.255	192.172.858.255
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,00007	0,00590

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de março de 2026, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 14,90% ao ano, observada no fechamento de 31 de março de 2026, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras.

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro	Risco	Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras	Queda do CDI	2.451	1.838	1.225

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro	Risco	Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras	Queda do CDI	1.617	1.213	809

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está registrado na rubrica "Contas a receber", no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está registrado na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2026 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	36.999	-	36.999
Credor pela concessão	576	-	576
Total	37.575	-	37.575

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	264.113	219.582
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	15.869	16.587
Contas a receber de clientes	34.854	37.462
Depósitos judiciais	55.944	61.175
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Contas a pagar a fornecedores	36.999	30.902
Outras contas a pagar	2.475	2.990
Obrigações com o poder concedente	576	575

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de março de 2026 representa 80% (2025 - 80%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	31/03/2026	31/12/2025
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	-
Debêntures	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(15.869)	(16.587)
(-) Aplicações financeiras	(264.113)	(219.582)
Dívida líquida	(279.982)	(236.169)
Total do patrimônio líquido	772.427	758.565

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de março de 2026		31 de dezembro de 2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	15.869	15.869	16.587	16.587
Aplicações financeiras	264.113	264.113	219.582	219.582
Contas a receber de clientes	34.854	34.854	37.462	37.462
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	36.999	36.999	30.902	30.902
Outras contas a pagar	2.475	2.475	2.990	2.990
Obrigações com o poder concedente	576	576	575	575

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

24. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	68.432
	Responsabilidade civil geral	55.758
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	10.000

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Informações complementares dos fluxos de caixa

	31/03/2026	31/03/2025
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	-	708

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

26. Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2026, foi expedida certidão de trânsito em julgado da sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia. No entanto, apesar da certidão emitida nos autos, considerando o prazo em dobro ao qual a ARTESP faz jus, o trânsito em julgado ocorreu efetivamente apenas em 15 de maio de 2026.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações trimestrais, que indica que a Companhia possui prejuízos acumulados de R\$ 1.481.360 mil em 31 de março de 2026. Também, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras que menciona que em 1º de março de 2021 foi emitido Fato Relevante pela Companhia informando que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., nos termos da Cláusula 38.3 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal nº 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal nº 8.987/95. Comprovada a inexecução total ou parcial do contrato poderá, a critério do poder concedente, poderá ocorrer a declaração de caducidade da concessão, assegurado o direito de ampla defesa. O referido processo vem sendo sucessivamente suspenso desde 2021 através de deliberações da ARTESP e a última ocorreu através da deliberação ARTESP nº 330, de 17 de julho de 2025 pela qual houve a suspensão do processo administrativo pelo prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias corridos. Na data atual, não há suspensão vigente. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na mesma nota indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de maio de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2026.

Salto, 29 de Maio de 2026.

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da BDO RCS Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2026.

Salto, 29 de Maio de 2026

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro